

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 29 Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas nas periferias

Periferia(s): da renovação democrática ao Estado de Exceção

Uvander Vitor da Silva (UERJ – IESP)

Periferia(s): da renovação democrática ao Estado de Exceção

O propósito desse capítulo é discutir a maneira como a periferia, mais especificamente a periferia paulistana, tem sido problematizada pelas Ciências Sociais brasileiras. A motivação para esta interpelação foi um desdobramento do que eu encontrei na pesquisa de campo junto a rede de militantes e organizações envolvidos no combate a violência de Estado na cidade de São Paulo.

De início, meu interesse de pesquisa eram basicamente dois: por um lado, compreender como a juventude negra constituía em um ator político que combinava, ao mesmo tempo, a posição de vítima e de protagonista no debate sobre violência de Estado e, por outro, reconstruir a maneira como a ideia de “genocídio” foi recuperada pelos militantes como ideia organizadora de um campo político que identifica o Estado como opositor e os jovens negros, pobres como principais vítimas. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo chamou-me a atenção, em diferentes momentos, como ativistas recorriam a noção de periferia para marcar uma posição política e identitária no debate público.

Nesse contexto, a periferia era mais do que referência espacial, aparecia também como um lugar social, um lugar de fala, uma referência identitária baseada em uma socialização compartilhada e que tem na precariedade das condições da vida, nas estratégias de enfrentamento das adversidades, no conhecimento das vivências das “quebradas” os elos de identificação. Em diversos fóruns de discussão, seja no campo da política habitacional, no de segurança pública ou na ferrenha discussão sobre política pública de cultura, ser de periferia, levar em conta a periferia ou realizar atividades na periferia significa mais do que atuar nas margens das cidades, trata-se de fazer política em outros termos, significa trazer para cena grupos que desafiam o formato tradicional do debate político.

Vale dizer, que não quero aqui atribuir à periferia um caráter demiurgo, nem de atribuir aos moradores e ativistas de periferia uma novidade no fazer político. Meu propósito é chamar atenção para a existência de um repertório de atuação com demandas e performances consolidadas: um certo desconforto com a política institucional, um desejo de ampliação do debate público, a luta por reconhecimento enquanto cidadão. Em suma, atento aos discursos, atos e proposições de diversos militantes que se auto-identificavam como de periferia, como periféricos, passei a ouvir

nos discursos de jovens militantes ecos dos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980.

Entretanto, quando olhamos para a maneira como a literatura das Ciências Sociais aborda esses territórios, deparamos com uma produção sofisticada e extensa, porém, com momentos estancos de problematização. Diante disso, veio minha inquietação: como um espaço que foi tomado como promessa de realização de uma democracia real nos anos de 1970 e 1980, tornou-se uma “fronteira urbana” ou “margens” no início do século XXI? Quais foram os processos sociais e políticos que possibilitaram que um espaço fosse tomado como um espaço de esperança e, poucos anos depois, fosse considerado como o espaço da vida nua, da vida matável, em definitivo, o espaço da não-política? Não é possível falar em heranças políticas dos movimentos sociais urbanos, em gerações de militantes?

Certamente, não darei conta de enfrentar todas as questões levantadas no presente trabalho. Entretanto, para começar a lidar com essas inquietações, pensei em recorrer aos textos de referência que problematizaram a periferia paulistana como um problema social e sociológico. Como se sabe, a literatura sobre esse tema é imensa, díspar e bastante complexa. Para facilitar a tarefa, recorri as diversas revisões bibliográficas existentes (Maricato, 2011, Arantes, Paoli, 1995, Marques e Torres, 2005, Telles e Cabanes, 2006, Perruso, 2009, Bringel e Teixeira, 2015) e selecionei os textos clássicos, autores recorrentemente citados e os principais pontos de problematização, o que possibilitou a construção de uma periodização do debate. Apresentaremos aqui quatro momentos dos estudos sobre a periferia paulistana, a saber: 1) debate urbanístico de idos dos anos 1970; 2) movimentos sociais urbanos nos anos de 1970 e 1980; 3) estudos sobre segregação, desigualdade e pobreza nos anos 1990 e 4) margens e fronteiras periféricas nos anos 2000.

1. Padrão periférico de crescimento da metrópole

Os primeiros estudos sobre periferia foram realizados na década de 1970, principalmente, por urbanistas e cientistas sociais e tinham como principal desafio explicar qual era a lógica econômica que sustentava a formação de grandes aglomerados de habitações precárias construídas às margens da cidade. Em outros

termos, diante um intenso processo de industrialização concentradas em poucos centros urbanos, um crescente processo de migração de trabalhadores rurais para cidades, um acelerado processo de urbanização e um aumento do mercado de trabalho informal, uma geração de pesquisadores postula que o entendimento da reconfiguração do espaço urbano era a chave para descrever as bases materiais de um novo padrão de acumulação do capitalismo brasileiro – a essa teorização deu-se o nome de “padrão periférico de crescimento da metrópole”. (Maricato, 1979)

De acordo com essa perspectiva, a formação das periferias não deveria ser entendida como uma anomalia urbana própria dos países subdesenvolvidos, nem como a reprodução de hábitos culturais de trabalhadores migrantes recém-chegados do meio rural. Pelo contrário, os loteamentos clandestinos que surgiam nas fronteiras da cidade estariam diretamente relacionados com o moderno parque industrial, instalado na região metropolitana de São Paulo e sintonizada com a política de arrocho salarial instituída pelo governo militar. Simplificando ao limite a complexidade do argumento defendido por esses autores, se poderia afirmar que a periferia era lida como o lugar de moradia dos trabalhadores pobres.

O processo de autoconstrução das casas, por meio de mutirões, em que os próprios trabalhadores constroem e custeiam suas residências seria uma estratégia para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, na medida que nem o Estado se responsabilizava pela realização de uma política pública de habitação capaz de acomodar os trabalhadores recém-chegados à metrópole para abastecer o mercado industrial em expansão, nem os empresários incorporavam o custo da moradia nos salários pagos aos trabalhadores. Francisco de Oliveira, no ensaio clássico originalmente publicado em 1972, “Crítica a Razão Dualista”, elabora com força e contundência características a síntese do argumento:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado de produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na

aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 2003, p.59).

As raízes desse debate nos remete à discussão latino-americana sobre marginalidade urbana, no qual as principais referências são Manuel Castells e Anibal Quijano¹.

Posteriormente, essa literatura foi bastante criticada, seja por entender a conformação do espaço urbano como um reflexo da dinâmica econômica, seja por não descrever de forma precisa a participação do poder público na produção das diferentes espacialidades da cidade. Além disso, a abordagem foi criticada por não demonstrar quais seriam os elos que ligariam o setor privado e agentes do estado – redes de empreiteiras, agenciadores, fiscais da prefeitura, empresas de materiais de construção, vereadores, etc. – na formação dos bairros periféricos. (Marques, 2005)

Entretanto, a principal contribuição dessa literatura é demonstrar como a formação das periferias nas cidades brasileiras só pode ser bem compreendida à luz da dinâmica de reprodução da estrutura de desigualdade vigente na sociedade. Nesse sentido, a expansão dos espaços periféricos está diretamente relacionada ao processo de valorização do solo urbano e a um padrão de urbanização direcionado a atender as necessidades funcionais do recente parque industrial e às demandas de moradia e mobilidade da classe média em expansão.

2. Novos Movimentos Sociais e a promessa do novo

O segundo momento do debate sobre periferia nas Ciências Sociais brasileiras ocorreu no bojo dos trabalhos sobre movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, houve uma mudança significativa na maneira como a periferia passou a ser enquadrada. Se nos primeiros estudos sobre periferias e loteamento clandestinos a falta de infraestrutura e a precariedade das condições de vida eram lidas como um reflexo da perversidade do “capitalismo selvagem brasileiro” (Kowarick,

¹ Para entender a forma como da discussão sobre a marginalidade foi incorporada aos estudos urbanos brasileiros, mais especificamente, ao meio acadêmico paulista que se reunia em torno do Cebrap e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), consultar a reconstrução de Arantes (2009).

1982), nos estudos sobre os movimentos sociais urbanos o objetivo era entender o significado político da atuação dos “moradores de periferia”.

Nesse momento, uma geração de pesquisadores se voltou para a periferia buscando entender os sentidos e alcance das pequenas batalhas travadas no dia-a-dia das fábricas, nas organizações de moradores de bairros pobres e distantes, na luta por creches e postos de saúde, na articulação entre líderes comunitários e militantes ligados à igreja católica na construção das famosas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Nas palavras de Perruso (2009), nesse período ocorreu uma verdadeira “virada fenomenológica” nos estudos sociológicos sobre as classes populares e seus espaços de vida. Não se tratava mais de identificar a função estrutural da produção das periferias no padrão de reprodução do capitalismo. Os autores que se debruçaram sobre os movimentos sociais urbanos estavam interessados em entender como aqueles trabalhadores pobres, em sua maioria migrantes recém-chegados aos grandes centros urbanos, apareciam na cena pública como “sujeito político” e, sobretudo, como a mobilização dessas pessoas estava formando um novo campo político baseado na ideia do “direito a ter direito”, desafiando assim, uma cultura política elitista e conservadora reforçada pelo regime autoritário vigente.

Os estudos sobre movimentos sociais urbanos tiveram como marco fundamental as greves da região do ABC paulista em 1978. A mobilização foi entendida, tanto pelos pesquisadores como pelos atores políticos envolvidos na luta pela redemocratização, como um ato culminante de diversas redes e espaços de lutas populares.

Os trabalhos sobre os movimentos sociais urbanos foram marcados pelo signo da novidade. Os pesquisadores estavam interessados em identificar nas organizações de bairro, nos quebra-quebras dos transportes público, nos abaixo-assinados contra a carestia e nas comissões de fábrica, uma nova gramática política que, por um lado, contornasse as formas tradicionais de participação política (sindicatos, partidos e o voto) e, por outro, tivessem uma posição de enfrentamento ao regime ditatorial.

É preciso dizer que a busca por novas formas de fazer política era, antes, um desafio enfrentado diversos atores políticos de esquerda tradicional que foram derrotados no Golpe de 1964 e estavam sendo fortemente reprimidos pelo Estado ditatorial brasileiro (Bringel e Teixeira, 2015). Ao mesmo tempo, esse desafio se apresentou como uma possibilidade de revisão analítica para as Ciências Sociais brasileiras, principalmente, no que diz respeito ao lugar das classes populares na

formação do país (Sader e Paoli, 1986; Paoli, Sader e Telles, 1983). Como bem destaca Telles,

[A] novidade que muitos viram nos movimentos populares não vinha da constatação empírica de práticas de luta dos trabalhadores. Tampouco da existência de movimentos articulados em torno de reivindicações que incidem nas condições urbanas de luta e não no terreno “clássico” da contradição capital-trabalho. [...] A novidade parece estar nos significados que esses movimentos assumiram no momento de seu aparecimento em meados dos anos 70. [...] [U]ma época que vivia sob o impacto da derrota de 1964 e que se revisitava, por isso mesmo, o passado, repensando sua história, vasculhando suas tradições, reavaliando suas instituições, pondo sob o crivo da crítica a ação de seus personagens para elucidar as razões de suas promessas não cumpridas e frustradas em 1964. Nesse sentido, os novos movimentos sociais tendiam a ser vistos como sinais de um novo tempo em que talvez aquilo que os trabalhadores não puderam realizar fosse finalmente colocado no horizonte do possível (Telles, 1987, p.59-60)

A questão da autonomia é a pedra de toque em torno do qual organiza todo o debate sobre os movimentos sociais urbanos. Tratava-se de compreender como trabalhadores pobres, donas de casa, moradores de periferia, pessoas até então lidas pelo pensamento social brasileiro na chave da “falta”, da “incompletude” e da “ausência” tornam-se protagonistas do processo de modernização política da sociedade ao inventar novas formas de fazer política (Lefort; ano? Weffort ano?) nos interstícios do arranjo institucional, naquele momento, colonizado pela lógica burocrática autoritária.

O processo de reinvenção do fazer político ocorreu concomitante à politização do cotidiano. Novamente, tanto entre os atores políticos, como nas pesquisas sobre os movimentos sociais, a vizinhança, a igreja, a creche, o quebra-quebra nos trens passaram a serem vistos como elementos constitutivos de um novo conflito político e que tinha nos agentes do Estado seu principal oponente. O clássico ensaio de José Álvaro Moises e Verena Martinez-Allier, “A Revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou” de 1977, sobre os quebra-quebras nas estações de trem de São Paulo e Rio de Janeiro, é um caso exemplar desse movimento analítico:

Ante a contínua deterioração das condições de subsistência da massa popular – a calamidade dos transportes

públicos suburbanos é só um fator a mais – e à ausência de qualquer canal de reivindicação próprio, ela [a ação coletiva] explode. E explode onde o seu controle é mais difícil, e, conseqüentemente, os riscos são menores. [...] A eficácia política desses protestos, aparentemente ‘anárquicos’ opera não só ao nível do Estado, na medida que conseguem mobilizar este; ela opera, também, ao nível da própria massa, afirmando diante dela mesma a sua própria potencialidade de intervenção (Moises e Martinez-Allier, 1977, p.40)

Nesse contexto, o bairro torna-se o principal lócus de articulação política, são nos bairros periféricos que serão instalados os Centros Eclesiásticos de Base (CEB), os cursos de alfabetização de jovens e adultos, as lutas por creche, moradia, escolas, posto de saúde serão liderados por moradores desses bairros (como foi o caso do Clube das Mães na zona sul de São Paulo ou Movimento de Saúde da Zona Leste da capital Paulista) e mesmo a luta sindical, nesse período, teve como base de apoio fundamental a articulação política e de solidariedade forjada no local de moradia dos trabalhadores. Um depoimento de um operário metalúrgico colhido por Vera Telles e Hamilton Faria durante a década de 1970, mostra essa relação entre o bairro e a fábrica após o termino de uma greve:

O pessoal desempregado contou com o apoio dos grupos que existiam nos bairros para fazer coleta de dinheiro e gêneros alimentícios (...), nós ficamos, 80 pessoas que foram devagarzinho conseguindo emprego, ficamos durante um mês indo pelo menos duas vezes por semana pegar um pouquinho de dinheiro, um pouco de alimento . (In: Telles, 1988, p. 260).

Os estudos sobre os movimentos sociais urbanos trouxeram à baila uma imagem de periferia como espaço heterogêneo. Talvez essa tenha sido uma das principais contribuições dessa literatura, pois, até então, mesmo para os pesquisadores de esquerda ou progressistas, a heterogeneidade era vista como um limite para a formação de uma classe operaria ciente de sua condição histórica de classe (Paoli, Sader e Telles, 1983?; Sader e Paoli, 1986?). Eder Sader, na obra clássica desse período “Quando os novos personagens entra em cena”, flagrou bem a questão: diante dos diversos referenciais empíricos dos estudos (comunidades eclesiais, movimento de favela, clube de mães, etc.) como elucidar a relação entre tais agrupamentos e a conceituação clássica das classes sociais? (1988, p.46). A resposta a essa problematização foi enfrentada por dois caminhos. Por um lado, os pesquisadores abriram mão do rigor conceitual que marcava o marxismo estruturalista ortodoxo da época e, de outro, a inserção da questão urbana

no debate teórico permitiu a incorporação da heterogeneidade da classe trabalhadora dentro de um quadro interpretativo de luta de classe. Vejamos.

Entre os autores desse período, é possível perceber uma certa flexibilidade analítica com relação ao repertório marxista dominante, em nome de melhor descrever os novos pontos de tensão social, bem como os novos repertórios de luta política. Os termos “trabalhadores urbanos”, “classe trabalhadora”, “moradores”, indicam uma abertura dos pesquisadores para repensar o escopo conceitual. Em suma, nas mobilizações ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980, a diversidade de atores políticos e das formas de participação são vistas não mais como um empecilho, mas sim como a possibilidade de construção de uma sociedade democrática. Na introdução do importante livro “São Paulo: povo em Movimento”, de 1980, Vinicius Caldeira Brant ratifica essa posição:

Grande parte dos estudos sobre as classes populares urbanas no Brasil dedica-se à explicação de sua ausência no cenário político e dos grandes embates sociais. Este livro trata de sua presença (...) Buscam ao contrário capturar, na sua concreção, as condições de desenvolvimento da consciência, expressão e organização das classes trabalhadoras (Brant, 1980, p.9).

A ênfase nos problemas urbanos e nas reivindicações por direitos sociais permitiu aos autores construir uma unidade analítica dos diversos grupos sociais em movimento à época. Certamente, a inserção no mercado de trabalho não era suficiente para derivar o lugar social e o sentido político dos movimentos sociais. Pode-se dizer que as discussões acerca da chamada “questão urbana” tinham importância no sentido de conferir estatuto teórico as mobilizações que não encontravam lugar nas referências tradicionais voltadas para análise da classe operária na fábrica, no sindicato ou nos partidos (Telles, 1987).

As décadas de 1970 e 1980 foi um dos momentos mais profícuos das Ciências Sociais brasileiras, momento em que uma geração de pesquisadores voltou-se intensamente para uma agenda coletiva – os movimentos sociais e o processo de redemocratização da sociedade – que envolvia os dilemas políticos e sociais do período e, ao mesmo tempo, o desafio de construção de novas narrativas sobre a história política do país. Nesse momento, novas frentes de pesquisas foram abertas, importantes centros de pesquisa foram institucionalizados, um volume grande de trabalhos, muito deles hoje

tidos como clássico das nossas Ciências Sociais, foram publicados (Perruso, 2009; Barreira, 2011; Bringel e Teixeira, 2015).

Indo diretamente ao ponto que aqui nos interessa, ao ler os estudos sobre esse período é possível dizer que nesse contexto a periferia foi entendida como um espaço de luta política e, mais do que isso, a possibilidade de construção de uma democracia real passaria pelo reconhecimento das novas formas de organização e participação gestadas naqueles “espaços de esperança”.

O processo da constituinte que convocou diversos movimentos sociais a participarem ativamente na construção da Carta Magna, a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a entrada desse partido em diversas administrações municipais, a construção de dispositivos de participação popular na gestão pública, como os conselhos gestores e os orçamentos participativos, todas essas inovações colocaram uma série de novas questões e desafios para os movimentos sociais e, por consequência, para reflexão acerca dos mesmos. Em contraste, na década de 1990, o que se viu foi uma mal disfarçada desolação com as promessas das mobilizações populares das décadas anteriores Como bem pontuaram Bringel e Teixeira :

Nos anos 90, o debate sobre movimentos sociais perdeu força na literatura das ciências sociais brasileira. Os *atores* que haviam irrompidos a cena nos anos anteriores já não tinham o mesmo espaço entre os nossos *autores*, que passaram a iluminar outros processos e dinâmicas, tendo sido influenciados por mudanças mais gerais do debate das Ciências Sociais e pelo contexto de redemocratização política. [...] As ações coletivas foram se diversificando em movimentos centrífugos, enquanto as interpretações tenderam a convergir em movimentos centrípetos ao interior da sociedade civil e do Estado (2015, p. 45)

Nesse contexto, com a saída dos novos personagens sociais da cena, a periferia passa a ser lida pelas Ciências Sociais como o lugar da desolação, da privação, da violência. Nada parecia ter sobrado da efervescência política das décadas anteriores.

3. Periferia: desigualdade, pobreza e segregação

O terceiro momento de reflexão sobre a periferia é composto por estudos que se debruçaram sobre as condições sociais dos moradores dos bairros periféricos durante a década de 1990 e início dos 2000.

Os primeiros anos da década da 1990 foram marcados por um profundo clima de desalento, tanto por parte dos intelectuais como pelos diversos atores políticos que estiveram envolvidos na luta pela redemocratização. De um lado, assistimos uma guinada trôpega da política econômica brasileira em direção a uma agenda neoliberal, contradizendo, inclusive, boa parte das garantias sociais recém-aprovadas na Constituição, de outro, deparamos com um clima de instabilidade política causadas pelo controverso presidente Fernando Collor de Mello. O cenário foi lido com forte pessimismo por aqueles que apostaram na redemocratização como um momento de renovação da cultura política do país.

O sociólogo Vilmar Faria, em um artigo que se propunha uma análise de conjuntura da década que se iniciava, anunciava que havíamos terminado a década de 1980 diante de um dilema: de um lado, a efervescência das mobilizações políticas que redundaram na construção de uma Constituição que incorporou diversas agendas dos movimentos sociais, de outro, a recessão econômica, o desemprego e as exorbitantes taxas de inflação foram responsáveis pelo codinome de “década perdida” para os anos 80.

“[A] natureza e a profundidade da crise dos anos 80 afetaram de forma marcada a percepção e as expectativas de boa parte da população brasileira quanto à situação presente e, sobretudo, futura do país [...] Talvez pela primeira vez no passado recente, segmentos e gerações têm a dura experiência da mobilidade bloqueada. No meu entendimento, as implicações dessa inflexão nas expectativas constituem uma das principais dimensões do problema social brasileiro na presente conjuntura” (Faria, 1991, p. 110).

Com relação ao cenário político, reconhece a importância das mobilizações populares das últimas décadas, no entanto, começa a perceber os impedimentos para a realização das promessas da redemocratização:

“No final dos anos 70 e no começo dos anos 80, as forças aglutinadas em torno do movimento pela redemocratização do país articularam uma vigorosa — e bem fundada — crítica à política social construída pelo regime autoritário. Por isso mesmo, cresceram as expectativas quanto à reforma da política social a ser realizada *pari passu* com a consolidação da democracia no país. A reforma da Constituição confirmou, em parte, essas expectativas, pelo menos do ponto de vista da consagração formal de um elenco de direitos sociais. A crise econômica, as vicissitudes do processo político de transição e as transformações que vêm ocorrendo

nas orientações político ideológicas, entretanto, têm dificultado um efetivo programa de reformas” (Faria, 1992, p.110)

Quinze anos depois, Figueiredo, Torres e Bichir (2006) revisitam o texto de Faria propondo uma análise dos anos 1990. Para tanto, os autores utilizam de “dois surveys sobre o acesso dos domicílios 40% mais pobres da cidade de São Paulo a serviços públicos e a políticas sociais, realizados no Cebrap” (p.174).

O enquadramento da pesquisa já é um bom indicio do que se passou nos anos 1990 e como esse novo contexto deslocou a agenda de pesquisa das Ciências Sociais, incluindo os estudos sobre a dinâmica das periferias dos grandes centros urbanos. Na análise de Figueiredo et. al. (2006), não há nenhuma referência aos movimentos sociais. Por outro lado, sobressai a precarização das condições de trabalho da população mais pobre da cidade, reforçando a tendência sinalizada por Faria (1991) de uma maior dificuldade dos trabalhadores pobres e com baixa escolaridade de realizarem uma mobilidade social ascendente.

“[A] década de 1990 caracteriza-se por uma queda muito expressiva do emprego formal, apontando para um quadro de significativa “desconexão” dos mais pobres com o mundo do trabalho, com impactos substanciais para as possibilidades de ascensão social e de integração à sociedade urbana contemporânea” (Figueiredo, Torres, Bichir, 2006, p.174).

O debate político da década de 1990 foi fortemente marcado por um discurso (e prática) neoliberal que pregava a ideia de que o poder público deveria ser mais eficiente. Para tanto, deveria rever quais seriam as prioridades do Estado, reduzir os gastos públicos e focalizar o provimento das políticas sociais entre os grupos mais vulneráveis. Num contexto de baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e da informalidade, a reforma do Estado, promovida durante a década, atingiu com maior severidade as populações mais pobres e com menor nível de escolaridade. Desemprego, exclusão, segregação, violência, pobreza, passaram a ser os novos referenciais associados à periferia. Nesse momento, a periferia é tomada como um espaço distinto do restante da cidade, com uma paisagem própria, com uma sociabilidade própria, com problemas próprios, com demandas de políticas públicas próprias.

Diferentemente dos estudos realizados pelos urbanistas nas décadas de 1970 em que a periferia era o reflexo territorializado do modelo de acumulação capitalista e dos estudos sobre os movimentos sociais urbanos em que a periferia era o lócus, por

excelência, da formação de novos atores políticos, nos anos 1990 a periferia torna-se um espaço problema. Certamente, não se trata de uma atitude deliberada dos pesquisadores, mas sim um desafio colocado pelo mundo social. Como apontado, diversos indicadores sociais evidenciavam uma piora nas condições de vida e de trabalho das populações mais pobres durante a década, logo seria esperado que as pesquisas tentassem explicar as causas e consequências dessa mudança social. Novamente, Telles captou bem o espírito das transformações que rondavam a capital paulista pelos idos dos anos 1990:

“Seria quase trivial dizer que está tudo muito alterado em relação às décadas anteriores. O que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a ‘questão urbana’, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate. [...] Mas todo o cuidado é pouco também porque não é coisa simples entender o que anda acontecendo por esse lado da cidade de São Paulo (não só nela). O fato é que também aqui, no lado pobre (e expansivo) dessas recomposições, o mundo social está muito alterado. As realidades do trabalho precário e do desemprego prolongado convivem com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos de bens culturais e simbólicos, ao mesmo tempo em que a sociedade de consumo (e a lógica do mercado) vai se estendendo por todos os cantos, atingindo regiões tradicionalmente consideradas como lugares paradigmáticos da “pobreza desvalida” (Telles, 2006, p.12 e 13).

Trata-se de uma periferia reconfigurada, em que o desemprego convive com o aumento do consumo, em que o mundo crime não é visto como o justo oposto do mundo do trabalho, em que até a pobreza ganha gradações. Para entender esse novo contexto, os pesquisadores são unânimes em dizer que é necessário criar novos conceitos, lançar mão de novos recursos metodológicos e ampliar as referências analíticas.

No caso da periferia de São Paulo, os trabalhos realizados em torno das figuras do cientista político Eduardo Marques e do demógrafo Haroldo Torres formam um ponto de referência para os estudos urbanos na passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Produzidos no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM- Cebrap), os trabalhos desses autores se caracterizam, principalmente, pelo esforço de inovação metodológica e pela revisão do modelo analítico clássico de formação do espaço urbano formulado pela geração de 1970 baseado na ideia de centro-periferia.

O livro “São Paulo: segregação, desigualdade e pobreza”, organizado por Marques e Torres (2005), reúne um conjunto de trabalhos em que é possível identificar as ideias-chave dos autores. De acordo com Marques e Torres (2005), o modelo da sociologia urbana e do urbanismo inspirado no marxismo estruturalista vigente nos anos 1970, que entendiam as diferentes formas de ocupação do espaço urbano como resultantes das desigualdades geradas no mundo do trabalho, não é mais suficiente para descrever as novas configurações do espaço urbano. Essa abordagem não considera o território como uma das variáveis explicativas das transformações sociais. O ponto é que as diferentes formas de ocupação do espaço urbano não é mero reflexo das dinâmicas macroeconômicas, pelo contrário, o espaço é um elemento decisivo no acesso aos recursos sociais e econômicos.

Outro argumento sustentado pelos autores é de que a descrição acurada do espaço urbano, atentando para as heterogeneidades tanto da infraestrutura urbana, como do perfil sócio-econômico dos moradores, é fundamental para a elaboração de políticas públicas que efetivamente incidam de forma a superar as desigualdades de condições de vida e de acesso a recursos públicos. De acordo com os autores:

“[O] território parece ser uma dimensão constitutiva da situação social em que se encontram os diversos grupos sociais na cidade, em especial entre os mais pobres. Isso significa, por exemplo, que indivíduos e famílias igualmente pobres e escolarizados têm condições e características diferentes dependendo de onde moram. A existência de intensa segregação exerce particular influência sobre a situação social dos grupos mais pobres que habitam a cidade, ao isolá-los dos circuitos sociais e econômicos mais amplos, reduzindo significativamente as possibilidades de interação e mobilidade social. Tudo isso torna o território em uma dimensão decisiva para a ação pública e entender os processos que produzem (e reproduzem) as condições de pobreza no espaço é importantíssimo para combatê-la” (p.11 e 12).

Os estudos de Marques e Torres apresentam uma descrição detalhada da dinâmica social e econômica da periferia paulistana nos anos 1990. Os autores mostram como os serviços públicos e recursos econômicos (como empregos, por exemplos) estão distribuídos de maneira desigual pela cidade, criando desigualdades de acesso mesmo entre as áreas reconhecidas como periféricas. Além disso, enfatizam a responsabilidade do poder público na superação da pobreza e das desigualdades nas

periferias por meio de políticas públicas adequadas e bem informadas.

Entretanto, nesse momento a periferia aparece como sinônimo de espaço de privação. Os processos sociais e políticos que fazem com que parte específica do território torne uma periferia (como fizeram os estudos clássicos dos anos 70) não são considerados, nem há lugar para os atores políticos locais que, mesmo precariamente, continuam a participar na produção do espaço. Não há dúvida de que os estudos realizados por Marques e Torres são um dos mais sofisticados sobre as condições de vida na periferia paulistana, porém, ainda resta a tarefa enfrentada pela geração dos anos 1970 de explicar os processos que nos teria legado esse “estado de coisas”.

4. Periferia como margem

O quarto momento de discussão sobre periferia corresponde, de acordo com a nossa periodização, com os estudos realizados a partir dos anos 2000. O cenário político brasileiro do início do século XXI foi marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República.

As bases de fundação do PT estão fincadas na luta contra a ditadura militar e na retomada da ordem democrática, em torno desse partido reuniu-se parte considerável dos diversos grupos de esquerda da época. Esse partido representava os anseios mais radicais de transformação do cenário político, por via da disputa eleitoral, como foi visto no pleito presidencial de 1989, quando um dos líderes das grandes greves do ABC paulista apresentou uma candidatura de orientação declaradamente socialista.

É verdade que em 2002, tanto o PT como o Lula eram outros. De acordo com Amaral (2003), a proposta socialista foi retirada da plataforma do partido em meados dos anos 1990 e a campanha presidencial vitoriosa foi embalada pela garantia irrestrita de “estabilidade econômica” e de manutenção dos compromissos firmados com os agentes do capital financeiro. Entretanto, o imaginário das grandes lutas sociais e a figura do migrante nordestino, vindo dos grotões miseráveis do país que havia se transformado em líder sindical, foram capazes de mobilizar corações e mentes que pavimentaram o caminho de Lula ao governo federal. No período em que esteve no poder, o país passou por importantes mudanças sociais, aumento do consumo, valorização do salário-mínimo, ampliação das políticas sociais, redução da pobreza extrema, aumento do emprego formal, etc. De acordo com a influente interpretação do cientista político André Singer, durante o primeiro mandato do presidente Lula as

mudanças sociais promovidas durante o seu governo teriam dado lugar a um inédito realinhamento político, ao qual o pesquisador denominou “lulismo”.

“O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso, da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o ‘mensalão’ catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi eleito exatamente pelos mais pobres, que tinha votado em Collor. [...] No plano ideológico, isso trouxe, outra vez, à tona a gramática varguista, que opunha o ‘o povo’ ao ‘antipovo’” (Singer, 2012, p.16).

Para Singer, a reeleição de Lula em 2006 foi um ponto de inflexão da política brasileira, momento de consolidação do lulismo, posto que, “pela primeira vez na história desse país”, para abusar do bordão, os eleitores mais empobrecidos, principalmente das regiões norte e nordeste, denominado pelo autor de subproletariados, votariam na esquerda, enquanto a classe média abandonaria o apoio ao PT. Ainda com Singer, esse cenário criou um clima político de oposição entre “pobres e “ricos”, diluindo as oposições ideológicas e reeditando um vocabulário político caro ao populismo de meados do século passado.

Na discussão sobre periferia, principalmente sobre as periferias paulistas, o ano de 2006 também foi um marco importante. Em maio daquele ano, em meio a uma sucessão de escusas e mal explicadas alterações no sistema penitenciário paulista, um desacordo entre o governo estadual e as lideranças da principal organização criminosa do Estado, o Primeiro Comando da Capital (PCC), redundou em ataques a policiais e prédios públicos, o que resultou na morte de 59 oficiais. O revide das forças policiais, por sua vez, resultou na morte de 505 pessoas entre os dias 12 e 21 de maio, a maioria jovens, negros, moradores de periferia e sem antecedentes criminais, ou, como reportado nos meios de comunicação à época, os famigerados “suspeitos”².

² Você deveria colocar aqui apenas o título da matéria, veículo em que saiu e data da publicação. <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dos-564-mortos-durante-os-ataques-do-pcc-em-maio-de-2006-505-eram-civis,393894>. (Jornal Estado de São Paulo, 27/07/2009).

Nesse período, São Paulo declarou guerra aos criminosos. Policiais e milícias saíram as ruas a caça de bandidos e a periferia, na visão das forças policiais, transformou-se em verdadeiros viveiros de marginais. Não havia tempo – e nem vontade – para averiguação, julgamento e aprisionamento. Um silencioso Estado de Exceção foi declarado. Durante dias seguidos, os noticiários reportavam com tranquilidade mais uma chacina, promovidas por tiros disparados por “desconhecidos” contra bares e esquinas de diversos pontos da periferia paulista. Enquanto isso, nos jornais a histeria comandava a seção dos leitores, cidadãos de bem clamavam por segurança, ou melhor, por vingança. Contra quem? De que maneira? A qual custo? Não importava.

As cifras do morticínio, atualizado diariamente pelos telejornais, aparecia como um indicador de que a cidade estava voltando para os eixos. O mal disfarçado contentamento com a morte de suspeitos; a ocultação de informações sobre a atuação das polícias naqueles dias de “crise”; a naturalidade com que os excessos cometidos por agentes públicos foram incorporados ao discurso “do mal necessário”; tudo fazia crer que estávamos vivenciando um deslocamento na maneira como a periferia seria vista na esfera pública. Daquele momento em diante, tínhamos subsídios suficiente para pensar essa porção da cidade como uma margem, como fronteira. Vale recuperar a formulação elucidativa das antropólogas Das e Polle:

“Nuestra búsqueda de los márgenes normalmente descansa sobre aquellas prácticas que pueden parecer relativas a una continua redefinición de la ley a través de formas de violencia y autoridad, las cuales pueden ser construidas como extra judiciales tanto como previas al, y fuera del, estado. Esta refundación ocurre tanto a través de la producción de cuerpos “asesinables”, como lo ha establecido Agamben, como a través de tipos de poder encarnados en la figura del policía o el patrón local” (2008, p.30)

Nos anos 2000, entre o “lulismo” e o PCC, entre chacinas e bolsa família, a reflexão sobre o que é a periferia, quem são os periféricos, como vivem e como morrem tornou-se mais cifrada.

A pobreza, a desigualdade e a segregação, embora persistente, não davam conta de explicar o que se passava por ali. Nesse momento, o trabalho de dois autores ganharam destaque por conseguir apreender as novas gramáticas da sociabilidade, as novas clivagens sociais estimulada pelo crescente consumo e as novas relações entre o

mundo do crime, o Estado e a política. Ambos autores se utilizam da abordagem etnográfica como recurso metodológico, reconstruindo trajetórias de vida de moradores, militantes, trabalhadores, dona de casa, traficantes, ladrões, etc. Os trabalhos buscam descrever o emaranhado de relações e conflitos vivenciados no cotidiano da periferia paulistana. São eles: Vera Telles e Gabriel Feltran.

A socióloga Vera Telles tem pensado a periferia ou a partir da periferia desde a década de 1970, o que faz com que o seu trabalho combine uma fineza descritiva e uma radicalidade analítica das mudanças ocorridas nesses territórios, bem como nas relações sociais ali estabelecidas. O trabalho recente desta autora está situado principalmente na zona sul da cidade de São Paulo, mais precisamente no distrito Jardim São Luiz. A partir da reconstrução de prosaicos personagens – uma senhora que as vezes trafica cocaína para aumentar a renda mensal, um traficante que organiza a festa junina do bairro, uma líder comunitária que aciona tanto as tradicionais redes clientelistas como os novos personagens do “mundo do crime” para financiar a distribuição de cestas básicas – Telles apresenta cenas urbanas em que percebe um emaranhado de questões sobrepostas, onde o mundo do trabalho aparece entremeado com o mundo do crime, onde os problemas de moradia precária convivem com o recente crescimento do consumo entre os mais pobres, onde a ampliação das programas sociais realimenta antigos elos clientelistas e assim por diante.

Mais do que a simples descrição da evidente “virada dos tempos” e muito além da denúncia da persistente desigualdade, Telles traz para o centro de problematização a necessidade de inventarmos novos parâmetros analíticos que permitam, por um lado, bem descrever as novas complexidades do mundo social, por outro, ativar a imaginação crítica na construção de objetos de pesquisas que permitam captar as múltiplas referências de tempo/espaço que perpassa a realidade das periferias atualmente.

Telles aponta em diversos textos que certos processos, anteriormente vistos como expressão do atraso do nosso capitalismo, como o trabalho a domicílio, por exemplo, hoje só podem ser devidamente explicados a partir da descrição de redes transnacionais de insumos e de trabalhadores, tecidos chineses, mediadores coreanos, trabalhadores bolivianos, todos aportados, de uma forma ou de outra, nos extremos cantos, ainda empobrecidos, da cidade de São Paulo. Embora sempre se possa dizer que as tensões destacadas pela autora entre cidade legal e cidade real, entre formal e informal, entre legal e ilegal são constitutivos de uma sociologia produzidas a partir da América Latina, para não dizer dos países do Sul. Telles aposta que o retorno a esses

temas será mais produtivo quanto mais formos capazes de conecta-los os novos sinais dos tempos:

“Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, o problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com os problemas da gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos *quartiers difficiles*. É essa diferença dos tempos que lança a interrogação quanto ao plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva (*et* sob perspectiva crítica) a nossa complicação atual. Este o duplo desafio: a construção de parâmetros críticos implica ao mesmo tempo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação” (Telles, 2010, p.17).

Fortemente ancorada nas reflexões de Agamben e Veena Das, Vera Telles procura descrever as relações sociais que se dão nas zonas cinzentas da vida social, nas margens da cidade de São Paulo. A aposta analítica (e política) da autora é ousada e bastante pertinente. Num contexto em que o horizonte de consolidação do Estado de Direito, que fomentou a imaginação política do processo de redemocratização, parece fazer água, momento em que os sinais da nossa modernização tardia tornam-se a regra mesmo nos países centrais do capitalismo, a tal ponto de falarem em “brasilização do Ocidente” (Beck, 2000), Telles aposta que a configuração de novos campos políticos dar-se-ão nos pontos de lutas em que o instituído é desafiado. Nesses contextos ocorre o embaralhamento de diversas instâncias de manutenção da ordem, espaços em que a “força da lei” revela-se em “força física” e quase sempre de forma ilegal.

“O crivo pelo qual se tentou seguir na prospecção dos mundos urbanos foram as situações de exceção engendradas nesses terrenos incertos entre o ilegal, o informal e o ilícito. Mais do que um tema interessante entre outros em uma agenda de pesquisa, a aposta é que esses terrenos de exceção, justamente porque estão no coração da vida contemporânea, aqui e alhures, podem nos oferecer os elementos para pensar e formular os desafios atuais. É aí que se joga a partida entre a vida nua, quer dizer: vida matável; e as formas de vida, quer

dizer: possibilidades e potências de vida. De alguma forma, e também por nossa própria conta e risco, acolhemos a sugestão de Agamben quando diz que ‘é a partir desses terrenos incertos e sem nome, dessas ásperas zonas de indiferença, que deverão ser pensadas as vias e os modos de uma nova política’ (2003: 189). Não estou nada segura de que um ‘nova política’ seja possível, muito menos acerca do que ela poderia ser. Porém, a questão é interessante pela própria indeterminação de seu sentido, algo como uma fenda aberta para apreender as linhas de fuga que atravessam o atual estado de coisas” (Telles, 2010, p.39-40).

O trabalho da Vera Telles nos dá uma chave para pensarmos a política para além da narrativa da redemocratização, nos instiga a pensar em frentes políticas que reeditem a radicalidade que outrora teve a ideia de “direito a ter direitos”, atualmente cada vez mais esvaziada de poder político. Num contexto em que o Estado torna-se um dos principais violadores de direito com a justificativa de manutenção da ordem democrática – difícil não lembrar da antológica frase do atual governo do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, quando de uma operação da polícia militar que deixou nove pessoas mortas: “quem não reagiu está vivo!”³ – faz-se necessário pensar a política para além do instituído pelo poder estatal.

A militarização da política (política ou polícia?), o recrudescimento da repressão policial à população, a criminalização dos movimentos sociais e o ressurgimento de uma frente conservadora na esfera pública, são sinais incontestes de que os tempos são outros e, por consequência, temos que renovar nossos enquadramentos analíticos e teóricos para bem descrever o que se passa. Nesse sentido, os trabalhos de Telles são potentes. Eles nos apresentam uma verdadeira cartografia dos pontos de tensão social que tem a periferia como um “caixa de ressonância” dos novos campos políticos em gestação na metrópole paulista.

O trabalho de Gabriel Feltran tem como base uma longa pesquisa etnográfica realizada no distrito de Sapopemba, zona leste da cidade de São Paulo, mais precisamente com as pessoas e famílias que gravitavam em torno do CEDECA Sapopemba, instituição fundada em 1991 no influxo da aprovação do ECA no ano

³ Portal G1: “Quem não reagiu está vivo” diz Alckmin sobre ação da rota. 11/09/2012 <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/09/quem-nao-reagiu-esta-vivo-diz-alckmin-sobre-acao-da-rota.html>

anterior e que tem como propósito atender crianças e adolescentes em situação de violação de direitos ou/e em conflito com a lei.

Assim como o trabalho de Telles, Feltran tem como propósito compreender o que se passa nas margens da cidade na passagem dos anos 1990 para os 2000. De acordo com o autor, esse momento foi marcado por intensa reestruturação do mercado de trabalho que redundou no desaparecimento do “projeto de vida operário” que até a década de 1980 orientava o projeto de mobilidade social de grande parte dos trabalhadores pobres, o aumento das igrejas evangélicas, a institucionalização dos movimentos sociais de base, a ampliação e capilaridade do “mundo do crime” no cotidiano da periferia (2010a, 2010b e 2011). O trabalho de Feltran traz uma contribuição primorosa aos interessados em entender a relação tensa entre periferia e política, sem perder de vista o caráter histórico do fenômeno.

“[A] relação entre periferia e o mundo público foi historicamente marcada pelo conflito. O percurso desse conflito, bem como de suas formas de contenção a partir dos anos 1970, faz ainda hoje coexistirem na cena pública três dispositivos distintos, que na linha do tempo tiveram ênfases sucessivas: 1) a luta política, cuja lógica interna remeteu à aposta nos direitos da cidadania, central nas ações dos ‘movimentos sociais’ dos anos 1980 e início dos 1990; 2) a gestão social, gerenciamento estatal e não governamental de populações específicas das periferias, muito presente na lógica interna dos ‘programas sociais’ a partir de meados dos anos 1990; e 3) a violência, presente ou latente na repressão policial às periferias e regulada hoje, sobretudo, pelo próprio ‘mundo do crime’, em expansão nas periferias da cidade” (Feltran, 2010, p.204).

Feltran não se propõe a realizar uma genealogia dos diferentes dispositivos. A sugestiva marcação temporal tem como intuito principal dar inteligibilidade as transformações ocorridas nos anos 2000. O autor problematiza a relação entre o seu percurso profissional como pesquisador e a construção do problema de pesquisa do premiado livro “Fronteira de Tensão”, de 2011. De acordo com o autor, a passagem dos estudos dos espaços de participação abertos e institucionalizados na retomada da ordem democrática para o estudo do mundo do crime, segundo Feltran, não foi somente uma mudança meramente acadêmica, mas estava em sintonia com os problemas e reconfigurações candentes no território.

“Entre 1998 e 2004, meu trabalho de pesquisa esteve centrado na escuta de uma geração de militantes que tentava representar, politicamente, a população migrante que ocupou as periferias de São Paulo para trabalhar na indústria, especialmente a partir dos anos 1960, forçando sua urbanização. Eu tratava com ativistas de movimentos populares urbanos, que em contexto específico, articulados a um campo discursivo heterogêneo, obtiveram um estatuto de locução pública relevante (Feltran, 2005). [...] Conforme os relatos avançavam para a década de 1990, e mais claramente nos anos 2000, aumentava a necessidade de confrontar esse marco discursivo com outro conjunto de discursos em expansão no plano da sociabilidade, que se propagava nas periferias urbanas a partir do mundo do crime local. [...] Foi então que a geração dos filhos dos militantes começou a participar mais ativamente de minhas investigações e isso alterou significativamente minha forma de compreender as periferias de São Paulo. Para quem nasceu e cresceu ali nos anos 1990, todas essas crises já são elementos constitutivos do estar no mundo” (Feltran, 2011: 31 e 33).

A partir de uma bela combinação entre reconstrução da trajetória institucional do CEDECA e de famílias e indivíduos ligados a essa instituição, Feltran propõe analisar as novas formas de mediação políticas entre a periferia e a política institucional, a coexistência de diferentes repertórios de justiça e resolução de conflito e a reconfiguração do mercado de trabalho e do mundo do crime. Com uma narrativa que conseguiu colocar em consonância temas e questões que tradicionalmente são tratadas como pertencendo a campos de pesquisas distintos nas Ciências Sociais, o trabalho de Feltran rapidamente tornou-se uma referência incontornável nos estudos urbanos. Não é possível falar hoje de periferia sem se atentar para o declínio do emprego na indústria e o aumento dos trabalhos precários (mesmo quando formalizados), tornou-se impossível desconsiderar a presença cada vez mais marcante dos evangélicos, a multiplicação dos pontos de venda de drogas, as famosas “biqueiras” (Telles e Hirata, 2007; Hirata, 2010), e a presença – física ou imaginária – do PCC, enfim, um novo repertório de problemas, sujeitos e processos sociais.

Entretanto, no que diz respeito a relação entre periferia e política, o locus de observação escolhido por Feltran tem algumas vantagens e outras desvantagens, como é de praxe. A etnografia do CEDECA Sampopemba, instituição reconhecida pela atuação política na consolidação do ECA e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, permitiu ao autor analisar os percalços da institucionalização das lutas sociais que tiveram origem nos anos de 1970 e 1980 nas periferias de São Paulo.

Possibilitou, também, a análise da invasão de um receituário neoliberal de reforma do Estado que esvaziou de significado político todo um repertório de mobilização, a tal ponto, que palavras como participação social, protagonismo social, espaços compartilhados de gestão, controle social, serviu, muitas vezes, para reduzir a participação do Estado na provisão de política pública, processo que Dagnino (2004) denominou argutamente de confluência perversa .

No entanto, por vezes, a descrição de Feltran sobre o período de transição para a democracia e a maneira como as mudanças ocorridas reverberou na política das e a partir das periferias parece monocromática. No afã de marcar as diferenças entre os tempos, processos importantes da dinâmica política da periferia ficam secundarizadas na narrativas do autor. Vejamos o seguinte trecho:

“Em meados dos anos 1990, a tecnificação e a profissionalização das organizações sociais e populares já era uma tendência da estrutura associativa da sociedade civil brasileira. Nessa passagem, a contraesfera pública movimentista dos anos 1970 e 1980 também inseriu institucionalmente, e seus atores passaram a fazer parte do jogo político instituído. Todo o campo dos movimentos populares de São Paulo fez um esforço enorme de reestruturação, interna e externamente, para atuar com os governos, alinhado aos marcos político-partidários e às necessidades da gestão de políticas públicas, que já havia chegado até eles. Os movimentos sociais surgidos nos anos 1980, que contavam com a presença mais pública a depender da existência de lideranças de base mais aguerridas, sentiram na pele as contradições inerentes a esses deslocamentos. Como atores políticos instituídos, os critérios de relevância no campo eram outros. No plano da institucionalidade não era combatividade, mas a capacidade de administrar e se articular politicamente que importava” (Feltran, 2011, p.28-29).

O processo descrito por Feltran sugere que o processo de institucionalização foi como um redemoinho que trouxe para o seu centro todos os atores políticos de base, seja por meio de mecanismos de participação criados constitucionalmente a partir de 1988, como conselhos gestores e serviços de proteção e garantia de direitos que envolve parcerias entre organizações civis e Estado, como é o caso dos CEDECAs, seja pela participação ativa de militantes nos governos de esquerdas. Com relação último ponto, no período analisado pelo autor, a prefeitura de São Paulo foi controlada por partidos de esquerda na passagem da década de 1980 para 1990 com a Luiza Erundina e outra vez na passagem para os anos 2000 com Marta Suplicy, o restante do tempo a gestão

municipal ficou a cargo de grupos políticos alinhados à direita do espectro político e pouco afeitos a participação popular (Marques, 200X). Entretanto, nos municípios que compõem o ABC paulista, seleiro do novo sindicalismo, palco das grandes greves do final das décadas de 1970 e durante toda a década de 1980, houve um domínio petista na gestão municipal, o que possibilitou a incorporação de diversos militantes de base na política institucional.

Além disso, se é verdade que ocorre um processo de profissionalização das organizações da sociedade civil, também entendido como processo de onguização dos movimentos sociais, no que se refere a atuação política na periferia e dos moradores de periferia, principalmente entre os jovens, os anos 1990 foi marcado pela consolidação de uma matriz discursiva combativa e crítica em torno do movimento hip-hop. (Macedo, 2016). Na primeira revista brasileira de hip-hop intitulada *Pode Crê!*, editada em parceria com uma organização de mulheres negras, Geledés – Instituto da Mulher Negra, e cujo o primeiro número data de 1993, o rapper Mano Brown, do já reconhecidamente mais popular grupo de rap do Brasil Racionais MCs, profetizava: “o rap é a trilha sonora dos anos 90”. Trazendo para o público não só um novo discurso sobre a periferia, mas também novos laços de pertencimento. Na matriz discursiva do hip-hop nacional, em gestação naquela época, na ideia de periferia combinava-se o reconhecimento de um lugar social, a luta pelo legítimo pertencimento à sociedade e demandas por melhoria das condições de vida.

“Pode Crê!: Qual é o objetivo do trabalho dos Racionais?

Brown: É pregar a auto-valorização para o nosso público que vai a bailes. Não somos um grupo de baile, mas é lá que a juventude negra está e ela precisa de auto-valor. Você gostando de você mesmo, vai longe. O nosso ideal é contar histórias negras que não são contadas nas escolas. [...] O rap é o maior veículo de comunicação. Ele faz o que nenhum outro veículo faz: conta a verdade como ela é e aponta soluções. É direcionado ao povo negro, apesar de muitos brancos ouvirem. Mas em sua essência é uma música negra, para negros. Diante do contexto político, é a nossa história, é a nossa segunda escola, porque a escola conta a história parcial e nós contamos a real” (Brown in *Pode Crê!*, número 1, 1993: 13-14).

Adiante que não se trata de apontar uma incorreção na primorosa análise de Feltran, os jovens entrevistados pelo autor estão de fato no “olho do furacão”, com certeza são eles que vivem com maior intensidade as consequências deletérias das transformações por quais tem passado a sociedade brasileira nas últimas décadas. Meu

ponto é outro, os jovens de periferia com baixa escolaridade, com restrita possibilidade de inserção laboral, vivendo nas fronteiras entre o legal e ilegal, embora seja uma porção significativa da juventude que vive na periferia, não representa a totalidade da “geração dos filhos dos militantes”, talvez nem possam ser considerados como herdeiros da história de militância travadas nas margens das cidades nos anos 1970 e 1980, o mais apropriado seria considerá-los como deserdados da redemocratização. A herança das lutas sociais dos anos 1970 e 1980 não se perderam por completo na institucionalização, o desejo de auto-representação, os esforços de ampliação do espaço público e a luta por reconhecimento permaneceram ativos nas décadas que seguiram, porém, talvez sem os mediadores de outrora.